

O *homo situs* e suas perspectivas paradigmáticas

The *homo situs* and its paradigmatic perspectives

HASSAN ZAOUAL | zaoual@free.fr

Professor da Univeristé Du Littoral, Côte d'Opale (França), diretor da coleção Économie Plurielle, da editora L'Harmattan (Paris).

Tradução de Letícia Mei | leticiamei@hotmail.com

Revisão técnica de André da Paz | andredapaz@gmail.com

Resumo O trabalho apresenta uma crítica do utilitarismo e do conceito-chave de *homo oeconomicus*, base sobre a qual se construiu o paradigma econômico hegemônico. A crítica é estruturada através das contribuições de Amartya Sen, do institucionalismo e da renovação introduzida pelas teorias da proximidade e do território. Através de uma perspectiva interdisciplinar e intercultural, o autor constrói o conceito alternativo de *homo situs* e desenvolve a Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento e suas perspectivas paradigmáticas. **Palavras-chave** *Homo oeconomicus*; *Homo situs*; Teoria dos Sítios Simbólicos de Pertencimento.

Abstract The paper proposes a critical view of utilitarianism and the key concept of *homo oeconomicus* that supports the hegemonic paradigm of economics. The criticism is built on the contributions of Amartya Sen, Institutionalism and the renovation brought by the theories of proximity and territory. The author develops the alternative concept of *homo situs* and the Theory of Symbolic Sites of Belonging through an interdisciplinary and intercultural perspective. **Keywords** *Homo oeconomicus*; *Homo situs*; Theory of Symbolic Sites of Belonging.

“Geralmente, após a natureza das coisas haver fornecido o tipo de abstração, a ideia abstrata assim formada sugere, por sua vez, abstrações ulteriores, generalizações sistemáticas que não são mais do que ficções do espírito.”

Augustin Cournot, *Ensaio sobre os fundamentos de nossos conhecimentos*, 1851.

Introdução

Esta contribuição interroga-se sobre o fundamento de certos conceitos e postulados de base da economia padrão. Ela aborda, de maneira crítica, o utilitarismo característico do economicismo, assim como o *homo oeconomicus*, conceito-chave sobre o qual se eleva o enorme edifício do saber econômico. Mobilizando os trabalhos de Amartya Sen, Prêmio Nobel de economia, assim como as contribuições do institucionalismo, a conduta adotada demonstra suas incompletudes. Esta crítica interna encontra seu fortalecimento externo na renovação introduzida pelas teorias da proximidade e do território. É a partir desta conjugação de saberes vindos de horizontes diversos que ela reconstrói uma visão alternativa ao reducionismo da economia padrão. É precisamente mobilizando a interdisciplinaridade e a interculturalidade que ela constrói um conceito alternativo àquele de *homo oeconomicus*: o *homo situs*. A teoria dos sítios, aqui defendida, concebe-o como um dos primeiros fundamentos teóricos de toda alternativa à crise da economia dominante.

Para tal, é proposto um percurso em duas etapas.

Na primeira parte, são evidenciadas as incompletudes do utilitarismo através da incapacidade da teoria econômica de explicar os comportamentos econômicos. Ao se basear no posicionamento de Amartya Sen em relação à teoria econômica, ressalta-se a complexidade das motivações dos comportamentos humanos, em função de sua grande diversidade. Este caminho conduz à consideração do contexto global da decisão econômica cujas dimensões são, na realidade, múltiplas. Esta variedade faz ruir de dentro para fora o modelo uniformizante do *homo oeconomicus*, este *homem fictício* que a economia criou para si mesma a fim de justificar seu projeto científico. É aqui que a teoria do *homo situs*, este homem recomposto, assegura a continuidade dos argumentos críticos de A. Sen para desenhar um novo horizonte no qual tem lugar a definição que nós poderíamos dar, aproximadamente, ao *homem vivo concreto*.

Além da concepção econômica do homem: o utilitarismo em questão

A economia, enquanto disciplina científica, tornou-se autônoma delimitando seu território e fixando como objetivo descobrir leis econômicas tão exatas quanto aquelas das ciências físico-matemáticas. Sua legitimidade científica construiu-se paralelamente ao seu desenvolvimento histórico por meio de considerações relativas à felicidade humana. Este objetivo aparente lhe permite mascarar suas verdadeiras intenções: reduzir o homem a um animal voltado para a produção e o consumo. Pannikar diria: a economia considera o homem como um simples “buquê de necessidades” (Pannikar, 1982).

No entanto, no próprio interior do saber econômico, vozes elevam-se, atualmente, para demonstrar que conceitos como o utilitarismo, o *homo oeconomicus*, a utilidade, a satisfação, a auto-regulação do mercado, a racionalidade, o crescimento etc. devem ser reconsiderados, notadamente neste período em que o sistema que os articula se contradiz fortemente.

Um autor como A. Sen (1993, 1999, 2000), apesar de economista, demonstra que a teoria que serve de “ciência normal” (Kuhn, 1983, 1990) à economia é incapaz de propor conceitos universalmente indiscutíveis, tais como a utilidade e o bem-estar, sem considerar o contexto do agente econômico. Deste ponto de vista, os enunciados admitidos são desestabilizados no plano teórico pela relatividade dos contextos de ação. A naturalidade do raciocínio econômico encontra-se profundamente afetada.

Aliás, as experiências de desenvolvimento nos países inicialmente postulados “pobres”, em função da diversidade de suas situações (Zaoual, 2002), ensinam a prudência quanto às transferências de conceitos econômicos de um espaço a outro.

Com efeito, a “felicidade” é uma noção extremamente relativa à situação do indivíduo e às representações que ele tem, em um dado momento, desta mesma situação. O problema essencial é, portanto, o da concepção e de sua avaliação. Nesta área, o critério clássico de utilidade, um dos conceitos chaves da ciência econômica, é bem pobre em face do desafio que impõe a variedade de contingências. Sen sublinha explicitamente que “A utilidade não representa corretamente o bem-estar” (Sen, 1993, p.45). Não há transposição direta da escolha postulada racional ao bem-estar independentemente da motivação, que remete a outras dimensões

muito mais delicadas a levar em consideração. É assim que o imperativo do sítio (Zaoual, 2005a) torna-se mais claro na aproximação que se poderia fazer do homem e de seu progresso. Sem considerar o homem em seu contexto, nós corremos, constantemente, o risco de cometer um “*erro de espaço*” (expressão de Sen, 2000).

Nesta discussão acerca do homem e de sua satisfação, Sen distingue-os, relacionando o aspecto “bem-estar” e o aspecto “ação” do indivíduo. O primeiro remete à construção da vantagem que uma pessoa tem em um contexto e às possibilidades que aí se oferecem. Enquanto o segundo, a seus olhos, é um *conceito ativo* muito mais abrangente. A ação incorpora outros *objetivos* e *valores* que ultrapassam o simples *interesse pessoal*. Assim: “A informação contida em um número de utilidades – seja qual for sua tradução – é evidentemente muito limitada.” (Sen, 1993, p. 43, nota 1). É até mesmo, nos próprios termos de Sen, uma “visão deformadora” da realidade. De seu ponto de vista a “satisfação” certamente é uma realização formidável. Entretanto, ela não constitui o único resultado procurado pela pessoa (Sen, 1993, p. 57). É aí que o autor alarga seu espectro a outros valores como, por exemplo, a *liberdade*, que ele julga essencial no processo de vida das pessoas.

Ao contrário, o utilitarismo tende a conduzir o mundo das ações dos indivíduos a um só denominador comum, o da utilidade (homogênea e mensurável). Ele ostenta, assim, arbitrariamente, um mundo cujos elementos são supostamente divisíveis e, portanto, quantificáveis. Subitamente, o utilitarismo esvazia o problema da “*incomensurabilidade*” das situações individuais, das classificações, dos bens, dos liames existentes em tais universos. O postulado desta ótica “*monista*” é arbitrário. Com a ajuda do reducionismo, ela afasta-se simplesmente da complexidade da diversidade.

A pluralidade é, de fato, muito mais ampla do que os pressupostos do modelo utilitarista. Contrariamente ao modelo do *homo oeconomicus*, as realizações das pessoas apresentam uma variedade quase infinita. Esta pluralidade questiona, portanto, a unidade da avaliação “racional” construída sobre a utilidade e sua maximização.

As exceções à racionalidade habitual são numerosas e exigem explicação apoiadas em uma concepção mais abrangente e flexível. Sob este ponto de vista, Sen ressalta “que um contato mais estreito entre a ética e a economia pode ser benéfico não somente para a economia mas também para a ética.” (Sen, 1993, p.73). Em outras palavras, a dedução (aspectos mecânicos) pode esclarecer e ordenar melhor os problemas éticos e facilitar a busca de coerência e de ordem. Este protocolo associado à consideração dos aspectos éticos pode enriquecer e suavizar a teoria econômica

tornando-a menos rígida na sua visão da pessoa. Evidentemente, *“A utilização muito abrangente da hipótese extremamente restrita do comportamento interessado do indivíduo limitou gravemente... o alcance da economia previewal”* (Sen, 1993, p. 74). A consideração da variedade das motivações individuais é, em suma, incontornável no progresso da economia do bem-estar.

Segundo Sen (1993, p. 75), o modelo padrão repousa sobre três enunciados, hoje, largamente discutíveis: o bem-estar egocêntrico – supõe-se que o indivíduo encontre seu bem-estar em seu próprio consumo e, de maneira isolada dos outros indivíduos (não há simpatia ou antipatia em relação aos outros); o bem-estar egocêntrico como objetivo – hipótese de maximização da satisfação; e a escolha ditada pelo objetivo pessoal – a escolha reduz-se à busca de objetivos próprios sem considerar as interações com os outros comportamentos dos outros agentes.

Estas três proposições estão no cerne do modelo de equilíbrio geral e servem, assim, para construir sua estrutura lógica. Uma a uma, Sen mostra que estas proposições são tanto parciais quanto inadequadas em relação a numerosas situações observáveis. Estas são o teatro de interdependências entre os indivíduos nos quais estão presentes as múltiplas dimensões, como os aspectos éticos, que condicionam a decisão dos agentes. Sen salienta que mesmo perseguindo apenas seus próprios objetivos, ela não domina os efeitos das escolhas dos outros sobre a sua própria situação. Este efeito bumerangue restitui toda a importância das interações que se estabelecem entre os humanos.

Esta abertura no raciocínio econômico tradicional abriu caminho para outras formulações nas quais submergiram teorias como a dos jogos, ou o teorema do dilema do prisioneiro em face da escolha de uma estratégia cooperativa. Aqui, *“O comportamento é também, afinal, uma questão social, e o fato de se perguntar o que deveríamos fazer ou qual deveria ser “nossa” estratégia pode traduzir um sentido de identidade que admite os objetivos de outrem e as interdependências mútuas que eles supõem.”* (Sen, 1993, p. 79). Esta situação pode não excluir uma visão instrumental no interesse de todos contanto que se identifiquem as normas cooperativas e se permaneça coletivamente fiel a elas.

Com efeito, estas escolhas, que devem responder a regras sociais estabilizantes e maximizantes para todos, são marcadas por ambiguidades. Redescobre-se aqui o que os teóricos das organizações (Crozier, 1977, 1994, Friedberg, 1993) também evidenciaram: as regras são manipuladas, transformam-se. O jogo cooperativo é, portanto, constantemente ameaçado pelos riscos da não conformidade ou de desvio, como o demonstra, também, o neoinstitucionalismo em economia

(Williamson, 1994). O risco de uma “*instrumentalização*” das regras pelos atores tomados individualmente é onipresente. Esta indeterminação representa, de certa maneira, um dilema à superação do dilema do prisioneiro pelas normas. Toda certeza esconde uma incerteza.

Em suma, a busca da reciprocidade ou da fidelidade às regras pelo grupo não é garantida. “*Existe aí uma verdadeira ambiguidade, quando se aceita o valor instrumental de certas regras sociais pela busca geral de objetivos individuais.*” (Sen, 1993, p. 80). Fundamentalmente, como o demonstra a teoria do *homo situs*, o *homo oeconomicus* não pode deixar de ser oportunista, portanto gerador de acaso moral, de assimetria de informação (Akerlof) e, por fim, de incerteza nas transações econômicas (Zaoual, 2005a). Deste ponto de vista, contrariamente ao compromisso que busca Sen (1999) entre a economia e a moral, a economia, entregue a ela mesma, como ciência e prática autônoma, não pode deixar de ser *antiética*. A lógica do interesse incita, cedo ou tarde, o homem a trair seu semelhante -quantos amigos e inimigos nós encontramos na mesma pessoa.

No momento em que consideramos as regras e as normas sociais, a abordagem do comportamento dos indivíduos, tornando-se, aparentemente, mais “*realista*” que a abordagem restritiva, torna-se mais complexa. A interação social está sujeita a regras furtivas. A moral do grupo se decodifica em direções frequentemente surpreendentes, até mesmo monstruosas (Zaoual, 2002c). A plasticidade do jogo social é sinônimo de flexibilidade, mas também de manipulação e de representação das regras pelos atores (Friedberg, 1993). Apoiando-se em Adam Smith quando ele escrevia: “*Estas regras gerais de conduta, quando foram fixadas em nosso espírito pela reflexão habitual, são muito úteis para corrigir uma falsa representação de si, a propósito do que é conveniente e apropriado em nossa situação particular.*” (Smith, 1790, p. 160 citado p. 81), Sen faz notar, aliás, que: “*tal moral social apela para uma ética instrumental bastante complexa.*” (Sen, 1993, p. 81).

O utilitarismo tentou adaptar-se à importância do impacto das regras sobre os comportamentos individuais. Esta variante do utilitarismo é qualificada por Sen de “*utilitarismo da regra*” e os atores que a ela se ligam, como Harsanyi, de “*utilitaristas indiretos*” (nota 1, p. 82). Sen ressalta, nesta mesma linha, as dificuldades contra as quais se choca esta abertura louvável. A onipresença do critério de utilidade limita a capacidade de ler em profundidade e extensão os comportamentos e as situações individuais. Ele escreve, substancialmente, “*... os indivíduos não podem, na realidade, avaliar as situações unicamente em termos de informações sobre a utilidade.*” (Sen, 1993, nota 1, p. 82). Ainda assim, a simetria, postulada na modelização do

“*utilitarismo da regra*”, pode conduzir, em circunstâncias de assimetria, a situações contrárias às que se buscam (nota 1, op. cit.). É, aliás, uma das conclusões a que chega a crítica radical do *homo oeconomicus* pela teoria do *homo situs*.

Sen (nota 1, p. 82), em sua busca de uma abordagem mais abrangente do comportamento humano, escreve: “O que poderíamos chamar de “*racionalidade social*” necessita de uma formulação mais paramétrica, que considere mais explicitamente circunstâncias sociais contingentes – em particular a natureza da simetria ou da assimetria que se produz nas relações entre ações, consequências e avaliações.” Esta conclusão deve ser aproximada do modelo da *racionalidade situada* defendida na teoria do sítio. O conceito de *racionalidade situada* insiste na consideração do conjunto das dimensões de contexto de ação dos agentes econômicos. Neste *encaixe social*, a racionalidade emerge como construção social *in situ*. Ela é variada (no espaço) e variável (no tempo) e de natureza composta em função da presença de universos complexos. Em suma, ela é indeterminada.

Nesta evidenciação dos limites da teoria econômica do comportamento, Sen volta às hipóteses de base sobre as quais ela foi construída. Abrindo a obra de Edgeworth, *Mathematical Psychics*, 1881, Sen nota que o autor afirmava que: “o primeiro princípio da ciência econômica quer que todo agente seja movido apenas pelo interesse próprio.” (Edgeworth, 1881, p.16). Esta hipótese teve uma grande influência sobre toda a teoria econômica. No entanto, Sen ressalta que Edgeworth estava consciente do caráter restritivo da hipótese em questão na medida em que ele fazia notar que “o verdadeiro homem do século XIX é sobretudo egoísta, impuro, um utilitarista misto” (Edgeworth, p. 104, 1881, citado por Sen, 1993, p 87).

Esta instabilidade da definição do homem em economia também está presente na “*teoria dos sentimentos morais*” de Adam Smith (1759, 1982): o homem é, ao mesmo tempo, bom e mau; ou, dito de outra forma, altruísta e egoísta (Zaoual, 2002b). Definitivamente, a problemática que se coloca para Sen é que Edgeworth e muitos outros, conscientes do caráter restritivo e até mesmo errôneo deste gênero de hipóteses, continuaram a desenvolver suas pesquisas com esta mesma visão científica.

Certamente, é da natureza de toda ciência proceder por *abstração*, mas por que escolher hipóteses que, desde o início, parecem pouco pertinentes para um desenvolvimento contínuo e cumulativo da ciência econômica? Uma parte da resposta a este paradoxo, Sen encontra, ao menos em Edgeworth, nas crenças científicas e particularidades dos domínios frequentados pelo autor. No tocante a Edgeworth, ele defende que a proposição de base da ciência econômica era forte-

mente compatível com a aplicação da “álgebra econômica” nos domínios da guerra e dos contratos. O enunciado do interesse individual parecia ser uma proposição não totalmente falsa aos olhos de Edgeworth e de seus seguidores, aos olhos do conjunto da comunidade científica dos economistas.

O egoísmo e o utilitarismo tornavam-se, assim, no percurso de vários autores da época, entidades confiáveis no plano da prática para compreender melhor os comportamentos de uns e outros, e integravam-se mais perfeitamente, no plano da abstração, ao dispositivo global da teoria da concorrência. O imperialismo do *formalismo matemático* sobre a economia acentuaria, durante todo o século XX, esta tendência cujo efeito é o de expor as hipóteses econômicas, frequentemente inverossímeis, formalizadas matematicamente. A *economia* transforma-se, deste modo, em *econometria*.

Fundamentalmente, no modelo econômico tradicional de comportamento, as preferências individuais explicam o comportamento e vice-versa? É nesta circularidade que se desdobra a *racionalidade padrão*. O problema torna-se, para o economista, um simples *tratamento econômico* de coerência interna entre as preferências e as escolhas empregadas para realizá-las. Nestas condições hipotéticas, o modelo de maximização dá roupagem matemática ao conjunto. Uma teoria “*não é desprovida de significado, no sentido técnico da palavra.*” (Samuelson, 1955, p. 91, citado por Sen, 1993, p. 95). Mas ir além de uma *teoria geral* do comportamento humano é uma extensão abusiva. Toda a obra de Sen, nos seus aspectos teóricos e técnicos, é para limitar a hegemonia reducionista das motivações humanas. Como indica a teoria do *homo situs*, é preciso, portanto, circunscrevê-la dentro de limites razoáveis no interior de um percurso mais aberto à multiplicidade em curso nos comportamentos observáveis. Se a teoria econômica é válida em todo tempo e em todo lugar, ela só pode sê-lo até um certo ponto.

Aliás, o próprio Sen sustenta que, ao lado das preferências no sentido da economia padrão e atrás delas, numerosas motivações povoam a estrutura global dos comportamentos dos indivíduos (Sen, 1993, p.104). O *sentido de pertencimento* é um deles. Ele sublinha explicitamente que este *valor moral* está presente em diversos contextos que interessam ao economista. Aliás, ele ilustra esta demonstração pelo exemplo do trabalho. Com efeito, é evidente que a eficácia de uma organização resulta diretamente do *sentido* investido pelos seus membros em seus objetivos. A realização destes últimos depende do *grau de pertencimento* dos atores implicados como o demonstram, hoje, as teorias do gerenciamento. Nesta área, um sistema de controle onipresente seria custoso, logo, ineficiente, na medida em que os atores

têm sempre margens secretas de manobra. O indivíduo é sempre livre nas decisões que toma em sítio. Esta hipótese foi longamente demonstrada pela sociologia (Dortier et Stoeckel, 1994) e as ciências de gestão.

Em todos os domínios do homem, para conduzir bem uma organização, é necessário conscientizar-se de que a eficácia é gerada por uma dupla entrada imbricada: a recompensa do esforço combinado com a cultura do pertencimento à organização. Como enuncia a teoria do sítio aplicada à organização, a eficácia encontra seu motor na identidade compartilhada pelo grupo. O ator prevê certamente, ganhos materiais, mas também uma existência social na cultura das grandezas do sítio considerado (Zaoual, 2006b). Esta motivação de existência identitária é de ordem diversa daquela da racionalidade padrão. Não é mais o mundo das funções de comportamento restritivas à utilidade, mas o das relações interindividuais no que elas têm de mais profundo (Zaoual, 2002b) que se torna o posto de observação mais pertinente. Para além da organização como “*laço de contratos*” (institucionalismo) e “*laço de competências*” (evolucionismo), verifica-se que ela é também um “*laço de crenças*” (sitiologia das organizações) (Zaoual, 2006a). Na prática, é a adesão a crenças comuns que garante o mais alto grau de pertencimento e o nível mais elevado de transparência nas relações entre os atores.

Em suma, da mesma maneira que os últimos desenvolvimentos da pesquisa em sociologia que se interessam pelo papel dos valores e crenças na organização (Crozier, Friedberg, D'Iribarne), Sen evidencia a importância capital desta face da realidade econômica tão negligenciada pelos economistas (Machrafi, 2005). Como o próprio Sen salienta, uma boa parte da solução dos problemas econômicos situa-se fora da economia das recompensas e punições. “*Fundamentar a gestão de uma organização*, escreve A. Sen, *unicamente sobre as incitações visando os ganhos pessoais é uma tarefa quase impossível.*” (Sen, 1993, p.105).

Esta desvantagem da teoria econômica resulta evidentemente de sua *história intelectual* na qual o reducionismo negligenciou numerosas entidades que, entretanto, exercem um papel fundamental no que o economista procura explicar. Este atraso da teoria econômica vem da maneira pela qual se constróem os paradigmas científicos. No momento de sua formação, seus fundadores traçam uma fronteira entre o que eles estimam ser problemas científicos e os que supostamente não o são (ciência e não ciência no sentido de Karl Popper). Frequentemente, as disciplinas tornam esta demarcação ciência/metafísica ainda mais rígida. É o caso da ciência econômica. Esta censura encontra, por exemplo, uma perfeita ilustração na história de sua formação pela rejeição da *teoria dos senti-*

mentos morais de Adam Smith (1759, 1982) das preocupações científicas dos economistas (Zaoual, 2002b).

Na seleção que uma ciência opera sobre ela mesma, numerosos fatores ou entidades são, imediatamente, afastados do campo de investigação da *ciência padrão* da disciplina. Em alguns casos, estes aspectos são mesmo qualificados como problemas metafísicos ou como entidades irracionais. Isto explica como Sen chega à conclusão acerca da incapacidade dos economistas de tratar do pertencimento e das relações sociais escrevendo explicitamente: “*é porque a teoria econômica clássica negligencia esta questão do pertencimento e das relações sociais que a cercam.*” (Sen, 1993, p. 105). Trata-se de, nem mais nem menos, uma herança paradigmática cuja resolução supõe necessariamente uma revisão perturbadora das hipóteses de base da disciplina em questão. “*Estas questões, escreve A. Sen, estão obviamente ligadas à ética, já que o raciocínio moral influencia a ação, mas em um sentido mais largo, são questões de cultura, das quais a moral é apenas uma parte.*” (Sen, 1993, p. 105).

Deste ponto de vista, Sen (1993, p. 105) cita a experiência chinesa que procurava estimular pela revolução cultural o sentido de pertencimento a fim de melhorar os resultados econômicos. Mas, negligenciando totalmente as incitações econômicas e outros valores essenciais à pessoa humana, ela fracassou. Na mesma linha, o autor evidencia a importância dos sistemas de confiança e do sentido das responsabilidades nos mundos profissionais e nos seus modos de funcionamento. Pouco a pouco, ele deduz que o utilitarismo, o egoísmo e outros sistemas morais e práticos não são mais do que uma fração estreita do grande domínio do pertencimento da pessoa.

Conseqüentemente, o estudo minucioso do comportamento do indivíduo não pode se reduzir ao espectro das preferências e das classificações tais como elas são delimitadas e definidas pelo utilitarismo. Em uma palavra: “*a estrutura da teoria tradicional é insuficiente*” (Sen, 1993, p. 106) para abarcar toda a complexidade das motivações individuais. É isto que leva Sen a escrever em tom polêmico que: “*O homem puramente econômico é na verdade um retardado social. A teoria econômica ocupou-se deste idiota racional, envolto pela glória de sua classificação de preferências única e multifuncionais.*” (Sen, 1993, p. 107). Diante disto, torna-se necessário dispor de uma estrutura mais complexa.

Nesta linha, John Harsanyi antecipara uma estrutura que integra ao mesmo tempo preferências “*éticas*” (considerações sociais ou impessoais) e as preferências “*subjetivas*” (interesse pessoal/função de utilidade). Sen discute longamente esta distinção entre o que o indivíduo considera como “*bom*” do ponto de vista

social e o que ele estima “bom” do ponto de vista pessoal ou de seus interesses (Sen, 1993, p. 107 e seguintes). Ele mostra simultaneamente o alcance desta abertura e suas insuficiências. Sen estima que o alargamento do percurso dos economistas está para crescer na direção de estruturas mais complexas. Neste ponto ele evoca suas proposições sobre os esquemas que incorporam vários níveis, do gênero *classificações de classificações* (Sen, 1972). “Esta técnica, escreve o autor, da *metaclassificação, autoriza um grau variável de estrutura moral.*” (1993, p. 110). Certamente, é um modo de enriquecer e de tornar mais flexíveis as hipóteses da teoria econômica do comportamento (Zaoual, 2002a). Desta maneira, nós poderíamos seguir a variedade (no espaço) e a variabilidade (no tempo) das escolhas e dos comportamentos do homem não mais como *homo oeconomicus*, mas como *homo situs*. Para a teoria econômica estendida de Sen: “O engajamento não pressupõe o raciocínio, mas não o exclui; na medida em que ele obriga a pessoa a compreender e avaliar melhor, em função de seus valores e de seus instintos, as conseqüências de seus atos para os outros, ele pode aumentar o alcance do raciocínio” (Sen, 1993, p. 116). Em outros termos: “É preciso substituir as preferências enquanto classificações por uma estrutura mais rica que faça apelo a metaclassificações e a outros conceitos próximos” (Sen, 1993, p. 116).

Em resumo, para além dessas questões técnicas, a abordagem de Sen relativiza grandemente os enunciados científicos da *economia pura* e abre uma perspectiva pluralista bem próxima da Teoria dos Sítios. Em seus trabalhos relativos à desigualdade (Sen, 2000), ele discute o caráter formal das noções capitais como a liberdade, a igualdade, a utilidade, a eficiência, a renda etc. Ele demonstra as incompletudes em razão da grande diversidade dos homens e das situações. Consequentemente, o conjunto dos conceitos que nós manipulamos, sem prudência, tornam-se “*conchas vazias*” quando não fazemos o esforço de situá-los em relação ao contexto com o qual trabalhamos. Esta diferença, como mostra o próprio Sen, quando ele aborda o problema da pobreza, é ainda mais gritante. Neste caso, corre-se o risco de produzir o contrário do que se busca.

Com efeito, a pobreza é irredutível a uma simples insuficiência de renda. Ela também deve ser contextualizada. Todo o contexto da pessoa deve ser levado em consideração, notadamente sua “capabilidade” de ser livre, de mudar, de agir de acordo com a situação, de participar da vida social. Os espaços da desigualdade são, portanto, múltiplos e interativos: utilidades, bens primários, rendas, liberdade etc. Estes espaços não estão todos sempre em adequação na ausência de um sítio auto-regulador organizador que os harmonizaria. Privilegian-

do um, pode-se negligenciar e até mesmo produzir efeitos contrários sobre os outros. Buscando a igualdade a qualquer preço, pode-se restringir a liberdade e vice-versa. Em razão das diferenças entre os indivíduos, entre os contextos etc., a busca da igualdade pode engendrar a desigualdade em outros espaços como no da liberdade ou da “capacidade” de cumprir “funcionamentos fundamentais” em um dado sítio: dignidade, estima, papel social, participação, responsabilidade, liberdade, capacidade de ação etc. Uma sociedade viável é uma sociedade capaz de promover as liberdades e as “capacidades” da pessoa (Sen, pp. 61 e seguintes, 1999).

Por fim, a “capabilidade” é a aptidão que uma pessoa tem de funcionar em um dado sítio em harmonia com suas convenções, sua cultura, suas capacidades de inovar e promover seu “bem-estar”. Trata-se, pois, da necessidade de adaptar nossas concepções à grande diversidade humana.

O *homo situs*: um homem recomposto

Esta releitura de Sen permite, assim, melhor entrever o alcance teórico e empírico do conceito de *homo situs* deduzido da Teoria dos sítios simbólicos de pertencimento (Zaoual, 2005b). Com efeito, esta não concebe mais o *homem vivo concreto* como um simples *homo oeconomicus* e nem mesmo como *homo sociologicus*. Ela nos faz descobrir um *homem vivo concreto*, cujo comportamento enraíza-se em um território em que harmonia pressupõe a consideração da multiplicidade do comportamento humano.

O território aproximado pela noção de sítio simbólico de pertencimento é admitido, antes de tudo, como uma realidade viva, retirando todo o seu sentido do imaginário compartilhado pelos indivíduos socializados. O sítio é uma entidade invisível, ou como diz J-P Dupuy (1993, p. 360): “*se os homens veem dificilmente o liame social que os une, é porque ele é essencialmente invisível*”. Com efeito, tudo se passa como se o sítio fosse uma entidade imaterial, portanto invisível à primeira vista. O sítio é perceptível somente através dos rastros, frequentemente fugidios, que ele deixa no mundo visível, aquele dos comportamentos dos seus partidários e em tudo o que os cerca e faz sua vida quotidiana, da cultura à arquitetura, passando pela economia de sua organização social. Em outros termos, os comportamentos dos indivíduos estão permanentemente em interação com o campo invisível que é o sítio. É ele quem os estabiliza no caos da ordem social.

Como cosmovisão do mundo, o sítio marca profundamente os comportamentos individuais e coletivos que se observam no mundo real. A teoria do sítio confere singularidades a cada espaço vivido e a cada situação de sua evolução. Em outros termos, o comportamento econômico, de acordo com o modelo do *homo situs*, é decifrável em toda a sua profundidade apenas se a pluralidade das motivações do agente e da dinâmica de seu sítio são consideradas.

Empiricamente, o conceito de *homo situs* desenha um homem realmente existente em luta contra múltiplas pressões, que emana de uma pluralidade de *registros sociais*. Estes últimos, obedecendo a princípios superiores variados na direção da economia das convenções (Boltanski e Thévenot, 1991), encarnam-se no comportamento cotidiano do agente. Na prática, este conjuga os imperativos, mais ou menos contraditórios, que somente ele arbitra. O *homo situs* é um *refinado compositor*. Sua margem de manobra permite-lhe comodamente recompor seu interesse, a utilidade de sua ação e os entraves sociais de seu local. Estes são ricos em uma variedade de valores que o incitam a conter, na prática, o pleno desenvolvimento do modelo utilitarista. Assim, o caráter social e territorial do *homo situs* matiza fortemente os pressupostos do modelo do *homo oeconomicus*.

Com efeito, não somente para manter sua posição (estima, reputação etc.) mas também para lutar contra a incerteza, o *homo situs*, nas suas menores decisões, incorpora os efeitos de reputação e de estima. Seu local incita-o a isso. Sua vida econômica e social, por natureza entremeadas, depende disso. O homem é, essencialmente, um ser social. Aliás, as observações empíricas deixam também entrever seu parentesco com um "*animal territorialista*". Assim, esta multiplicidade da condição humana explicita a simplicidade do utilitarismo econômico.

Ao contrário, a ciência clássica e, de forma mais geral, o pensamento humano, sempre tentou reconduzir o múltiplo à unidade. Nesta tendência legítima de tornar o mundo sensível inteligível, há deslizos perigosos e generalizações abusivas. Estas "abstrações generalizantes" (expressão de Shumpeter) surgem e difundem-se no pensamento dos problemas do Homem. Depois disso, não há mais homens, mas um *homem abstrato e desencarnado* a quem se atribui, *a priori*, características universais sem considerar as múltiplas situações nas quais ele se debate. Como o objetivo da teoria do *homo situs* é atenuar e, até mesmo, corrigir estes excessos de afastamento entre o observável e o conceitual, trata-se, conseqüentemente, de um pensamento "*econômico*" de universos múltiplos.

Nesta abertura à complexidade e à diversidade das motivações humanas, o conceito de *homo situs* desempenha a função de um operador que busca iden-

tificar, longe dos recortes disciplinares admitidos, as múltiplas modalidades por meio das quais o homem, reconciliado consigo mesmo, assegura concretamente um *equilíbrio situado* em conformidade com seu meio social e ecológico.

Estas considerações permitem compreender melhor a irredutibilidade do homem vivo concreto ao *homo oeconomicus* cujo rigor analítico é largamente bombardeado pela observação empírica e incapacidade da teoria econômica de propor soluções concretas no acompanhamento dos homens em situação. Esta fraqueza teórica e operacional encontraria sua solução no caráter plural e dinâmico da teoria do *homo situs*. Com efeito, a experiência revela que o *homo situs* retira suas justificativas comportamentais de universos complexos. Estes últimos têm um caráter mestiço e uma natureza dinâmica. Este hibridismo encontra sua justificativa nas misturas que se produzem entre o sítio como organismo aberto e fechado, já que é seletivo das mudanças, e o meio ambiente, fonte também destas mesmas mudanças portadoras de diversidade.

Deste ponto de vista, assim como o *homo oeconomicus*, mas por outras razões, o caráter determinista do conceito de *homo sociologicus* é também posto em questão, já que é concebido como uma simples reencarnação das normas sociais sem grandes especificidades individuais. Em outros termos, se o sítio é único, todo homem também o é, mesmo se ele compartilha caracteres comuns com seus congêneres do sítio. Os percursos individuais estão entremeados aos percursos coletivos. Neste emaranhado, o indivíduo torna-se uma pessoa irredutível a uma simples esponja do coletivo. A noção do sítio por meio da iluminação das práticas dos atores exprime uma certa unidade na diversidade.

Com efeito, como indica a teoria do sítio, este impregna os indivíduos sem determinar completamente seus comportamentos, a autonomia do ator assim exige. Em contrapartida, as interações que os atores empreendem entre eles reconfiguram seu local, e este também está sujeito a mudanças vindas do exterior. O sítio adapta-se à evolução de seu meio ambiente local, regional, nacional e internacional. O que lhe confere um caráter emaranhado. Nestas condições, o sítio aparece-nos como um modelador-modelado. É a razão pela qual, a noção de *homo situs* remete a um *interacionismo simbólico e prático* no sentido da etnometodologia (Coulon, 1987). O *homo situs* deve ser compreendido como uma entidade interativa de todas as dimensões do contexto e das escalas coletivas e individuais. Compreender o *homo situs* pressupõe uma superação do individualismo metodológico e do holismo.

A riqueza do mundo factual torna o *sítio* e o *homo situs* relutantes a todo reducionismo: economicismo, sociologismo e culturalismo. De fato, lidamos com mundos complexos em movimento nos quais os atores, levando em conta suas características individuais, recompõem sítios enquanto organismos coletivos, o que lhes permite “viver juntos”. Esta dimensão coletiva é vital para cada um deles e funda o caráter social do homem vivo concreto.

Como sugere a teoria dos sítios, o *homo situs* é um “interpretador”¹ da situação, ele o é no imediato e na dinâmica de sua situação. É o homem social, pensando e agindo em uma dada situação. E ele é tudo isso, veiculando o sentido do momento, aquele de sua situação com todo o peso do passado e da mudança que se impõe. É, portanto, no interior destas múltiplas contingências que ele exerce seu comportamento econômico. Assim, contrariamente ao *homo oeconomicus*, o *homo situs* é um *homo comunicante* com o seu meio. Ele é *relacional* antes de ser *racional* no sentido da teoria econômica. Neste sentido, o *homo situs* reencaixa o *homo oeconomicus* e liberta o *homo sociologicus*.

Evidentemente, o Homem permanece um “animal social complexo” (fórmula de Allan Gibbard, 1996, p. 87) e por isso, o *homo situs* não separa as dimensões de sua existência real que nós compartimentamos pelas nossas ciências acadêmicas. O *homo situs* é indisciplinado e evolutivo a despeito do *habitus* (Bourdieu) que seu meio lhe transmite por meio da socialização e das rotinas adquiridas. Esta margem de liberdade funda as especificidades da pessoa e sua capacidade criativa.

À luz de todas estas considerações sobre o homem vivo concreto, é impossível não concordar com Bougnoux, quando ele escreve: “*ele deixa-se menos facilmente agarrar, ou recortar*” (Bougnoux, sob a dir., 1993, p.11). Este ponto de vista é oposto àquele das “ciências compartimentadas” nas quais, a compartimentação dos saberes dividiu a “cultura” e fez desaparecer as humanidades. O saber de hoje é, assim, um saber mutilado e mutilador. As crises do pensamento às quais assistimos atualmente, leva até mesmo a duvidar da possibilidade de fazer do homem vivo concreto o objeto de uma ciência humana qualquer inspirando-se no modelo das ciências ditas exatas (Fumaro, 2000, p.16). “O mundo divide-se da maneira segundo a qual nós o dividimos.” (Searle, 1998, p.206).

1 O termo é, de fato, “interpretador” e não “intérprete”, e provém da psicologia: “*interprétant*” - *malade qui tire des interprétations erronés de faits vrais*. Fonte: Le Nouveau Petit Robert de la Langue Française.

Os desafios da interdisciplinaridade e da interculturalidade

As pesquisas acerca das alternativas à economia dominante exigem um grande esforço em matéria não somente de *interdisciplinaridade*, mas também, e de forma combinada, de *interculturalidade*. Hoje, esta orientação é mesmo uma urgência quanto ao debate sobre a maneira de pensar e de organizar as durabilidades sociais, econômicas e ecológicas de que necessita o planeta.

O programa de pesquisa associaria naturalmente as ciências do homem às ciências da natureza. Se as ciências da natureza desenvolveram-se, inicialmente, sobre o modelo dito clássico, empregando conceitos tais como a ordem, o equilíbrio, assim como uma concepção determinista das leis da natureza, as reformulações contemporâneas são muito mais matizadas em razão da complexidade encontrada. A indeterminação, a desordem, o desequilíbrio e o caos irromperam e proliferam-se nas interpretações científicas emergentes. Estas reconsiderações incitam a uma maior prudência quanto às verdades científicas.

No entanto, levando-se em conta a compartimentação disciplinar reinante, a prioridade é, no momento, poder aproximar as ciências humanas entre elas. Nesta perspectiva, a progressão de um diálogo entre a economia e a sociologia constitui uma etapa decisiva cuja saída seria também um alinhamento com as conclusões da antropologia das culturas. É uma forma de contribuir com o paradigma do homem reconciliado consigo mesmo de que falam os trabalhos da sítologia.

O debate sobre as relações entre a economia política e a sociologia não é novo. Desde as grandes “*rupturas econômicas*” (crise econômica, miséria e pobreza operária, antagonismo de classes etc.) do capitalismo do meio do século XIX, as recomposições emergiam. Com a ajuda do socialismo e do marxismo, as interrogações sobre a veracidade de uma “*economia pura*” começavam a desestabilizar a ideia de uma ciência autônoma dos fatos econômicos.

Historicamente, é em 1848, data simbólica da miséria operária e do aparecimento do Manifesto do Partido Comunista de Karl Marx, que John Stuart Mill publicou seus “*Principals of Political Economy*”, nos quais a ideia de “*leis naturais*” sofre uma restrição que se limita à produção, esta sendo concebida como um conjunto de *atos técnicos* postulados neutros. A distribuição das riquezas de uma nação, por sua vez, seria governada pelas “*leis humanas*”, podendo ser objeto de negociações entre os parceiros sociais ou classes sociais, segundo a terminologia adotada por este ou aquele autor. Esta distinção entre as leis que regem a produ-

ção e aquelas da distribuição é uma primeira brecha no corpus de uma economia política que teria como objeto leis econômicas tão incontestáveis quanto aquelas da mecânica celeste. Ela introduz o enigma social no universo do economista que busca libertar-se totalmente dos fatos de sociedade.

Como mostram Jean Jacques Gislain e Philippe Steiner (1995), este debate sobre as relações entre a economia e a sociedade se amplifica ao longo da segunda metade do século XIX e do início do século XX entre grandes autores tão diversos como Pareto, Walras, Jevons, Schumpeter, Weber, Simiand, Veblen, Durkheim, Marshall para citar somente os mais célebres.

A progressão espetacular da cisão Economia/Sociologia por volta do fim do século XIX foi, portanto, acompanhada também por movimentos incessantes entre as duas disciplinas. Estas imbricações são variadas e variáveis segundo os autores e as correntes de pensamento. As oscilações paradigmáticas da análise econômica parecem, então, amplificar-se sobretudo durante os períodos das grandes crises econômicas.

Atualmente, em face de uma “economia pura” que pode ser identificada com o paradigma da economia de mercado associado a um uso excessivo da formalização matemática, eleva-se uma pluralidade de sensibilidades e de condutas animadas invariavelmente por economistas e sociólogos. Nós poderíamos listá-los da seguinte forma: economia social, socioeconomia, sociologia econômica, no interior das quais – ou de forma justaposta –, emergem outras ramificações relacionadas à economia solidária, à economia plural, às economias de proximidade, ao desenvolvimento local, aos sistemas de troca local etc. Esta grande diversidade é benéfica para o pluralismo nas ciências sociais e, mais precisamente, para o progresso da análise dos fenômenos econômicos, contanto que possa organizar a articulação conceitual, isto é, a unidade analítica.

É simultaneamente um jogo de saber e de poder. Com efeito, a interdisciplinaridade, assim como a concepção epistemológica da teoria do sítio, choca-se com a divisão “fria” das disciplinas relativas ao domínio do Homem. Esta inércia emana dos *habitus acadêmicos* e das lógicas de poder e de saber próprias da organização das instituições científicas. O reducionismo científico não é somente um modo de saber e de pesquisa, é também uma visão, uma maneira de ser do paradigma dominante, um *sítio epistêmico* das instituições, das relações de poder, enfim uma luta impiedosa entre o espírito crítico e a ordem estabelecida.

Para Bourdieu (2000, p. 258), a hibridação da sociologia e da economia choca-se com resistências disciplinares e interesses políticos e econômicos bem estabele-

cidos. Este desafio de alcance humanista é também analisado por Dosse François (1997) quando ele preocupa-se com o sentido que os atores atribuem a seu mundo. Com isto, sua contribuição participa de uma certa humanização das ciências humanas que, durante longo tempo, desviaram-se em um mimetismo cego do velho modelo da ciência clássica (Moles, 1990), no entanto obsoleto, como demonstra Ilya Prigogine, Prêmio Nobel de Química, na sua obra sobre “*o fim das certezas*” nas ciências da natureza. O que dizer, então, da economia, que é, contrariamente aos pressupostos da ciência econômica, totalmente atrelada ao humano?

Neste início de século, a progressão espetacular dos paradoxos do economicismo incita fortemente a esta grande recomposição dos saberes do social e a uma redescoberta do homem pela proximidade, quer dizer em suas práticas locais e cotidianas. A crise das grandes ideologias e a incapacidade dos paradigmas globais e unidimensionais de tratar os problemas concretos das economias e sociedades contemporâneas estão no cerne desta necessidade de ter novas visões para harmonizar-se com as exigências de nossa época. Todas as ciências sociais contemporâneas parecem capturadas por este movimento de recomposição.

É neste contexto científico que a teoria dos sítios inscreve-se como um percurso que descompartmenta e recompõe os saberes do social. Ela tem a seu favor observações empíricas, experiências e práticas dissidentes (Zaoual, 1998) suscetíveis de servirem como pontos de apoio a uma nova epistemologia que integra a diversidade, a pluralidade, a multidimensionalidade, o instável, a ambivalência e o caráter contraditório dos fenômenos de sociedade. Seu desafio é poder pensar instantaneamente entidades, aparentemente, contraditórias: real/imaginário, ordem/desordem, racional/irracional, visível/invisível, /formal/informal, mercantil/não mercantil, global/ local etc.

Ilustremos, agora, nosso raciocínio explorando mais precisamente alguns dos seus objetos de pesquisa que podem fortalecer a economia social e solidária nos seus fundamentos teóricos. A mais iminente das suas preocupações seria aquela que colocaria em interatividade os aspectos mercantis e não mercantis dos comportamentos humanos. Evidentemente, uma observação mais próxima dos atores econômicos deixa, hoje, entrever toda a importância das relações não mercantis não somente para a coesão social mas também para a economia em si. Aqui, retorna-se à observação de A. Sen de que uma boa parte da explicação dos comportamentos econômicos reside fora da esfera econômica *stricto sensu*. O que significa claramente que a ideia de uma total autonomia do econômico é uma ilusão científica. Por trás deste obstáculo epistemológico, estende-se todo um continente

invisível para a ciência e que a economia social deve explorar para consolidar sua própria capacidade analítica. A maior inovação para a economia social e solidária é elaborar uma nova visão, conciliando o homem consigo mesmo, com seus semelhantes e com a natureza.

No plano empírico, os estudos que exploram o paradoxo formal/informal nas economias ditas em via de desenvolvimento, ilustram largamente o fato incontestável que as organizações com melhor desempenho são aquelas que não desligadas das realidades sociais e locais. Consideradas como “informais”, elas encontram seus fundamentos em sítios geradores de culturas compostas, de redes sociais e de pertencimento a grupos sociais. Contrariamente à visão errônea dos economistas que os consideram como “realidades econômicas não estruturadas”, as dinâmicas informais têm suas próprias estruturas endógenas. Estas são frequentemente implícitas e remetem a universos complexos que o reducionismo dos especialistas é incapaz de decifrar baseando-se em conceitos não ajustados. Definitivamente, é o pensamento do especialista que está desestruturado em relação às lógicas econômicas e sociais em curso nos sítios em questão, daí a necessidade de uma abordagem mais flexível.

Nestas regiões do social, a economia encontra motores culturais que a propulsionam à altura dos limites antropológicos fixada pelo sítio no qual evoluem os atores envolvidos. Este encastelamento é igualmente revelador da importância que adquire hoje a noção de rede social (Granovetter, 2000) ou de capital social (Putman R. D, 1995) e mais largamente as economias de proximidade (Pecqueur, Zimmerman, 2004). Em todas estas concepções, se há regularidades econômicas, elas constroem-se por *interação* com os contextos sociais. Elas carregam necessariamente uma forte impregnação ao ponto de serem consideradas como *construções sociais*.

Em outros termos, a vida econômica local encontra um apoio em mecanismos de solidariedade instituídos pelo sítio de pertencimento. Neste universo em permanente recomposição, o sítio disputa sua supremacia territorial em face da invasão do mercado. As práticas deste veem-se circundadas pelas alfândegas do sítio que tolera apenas as manifestações que não engendrem sua total destruição. Assim, o sítio modera as leis econômicas admitidas e, até mesmo, as contorna. Por isso, quando o capital tenta apoderar-se totalmente do real, o sítio o contém. Esta resistência apóia-se em uma ativação das práticas não mercantis que, aliás, vêm mesmo preencher as fraquezas do mercado.

Como descobriram também os teóricos dos países onde o mercado domina, o mercado sozinho não pode garantir sua própria economia. A análise da econo-

mia das convenções e mais largamente aquelas das instituições, evidencia, com efeito, as fraquezas do mercado na ausência de uma diversidade de modos de coordenação que mobilizem regras, convenções, práticas recíprocas e outras instituições que garantam laços coletivos entre os protagonistas. Deste ponto de vista, o econômico precisa do social, mas não o inverso. Este surge na cena científica não como uma simples demanda de proteção social, mas sim como uma verdadeira força de produção e de inovação para a “boa” evolução de uma economia de mercado. Sob este ângulo, o social é economicamente reabilitado contrariando a visão dos paladinos do economicamente puro. Seu totalitarismo vê-se aniquilado pela vitalidade do social e sua capacidade de melhorar a coordenação entre os agentes econômicos. Deste ponto de vista, a economia social poderia dar aulas de economia política à economia pura.

Este duelo doutrinário transforma-se, hoje, em vantagem para a economia social na medida em que é uma “*economia*” que opera pela escuta e proximidade. Este protocolo, bastante corrente na experimentação social, coloca-a em relação direta com os atores envolvidos por sua missão cívica. Deste ponto de vista, não é por acaso que a economia social e solidária é humanamente vizinha às práticas do desenvolvimento local (Daghri et Zaoual, sob a dir., 2007). Esta *proximidade paradigmática*, potencialmente valorizável no plano científico, é revelável quando há um esforço de distanciamento em relação à grande diversidade das correntes de pensamento que mobilizam os atores locais. A análise empírica das “*economias dissidentes*” (Zaoual, 2002c), como as economias informais nos países do sul e a economia social e solidária nos velhos países industrializados que sofrem a ausência de reestruturação demonstra, sem a menor dúvida, que estas formas de vida econômica têm forte embasamento territorial. Esta característica fundamental das “*economias dissidentes*” une-se àquelas do desenvolvimento local na medida em que este último apoia-se nas capacidades de auto-organização dos atores locais. Há uma aliança de saberes e práticas a promover.

Além disso, para além das múltiplas variantes da abordagem territorial, é na esfera das relações não mercantis que as teorias do desenvolvimento local encontram, hoje, uma das explicações do dinamismo de certos territórios. Estas relações, que escapam da esfera mercantil, mas reagem positivamente sobre ela, deixam entrever toda *espessura antropológica* dos territórios. É a partir dela que as dinâmicas territoriais tiram o sentido comum compartilhado pelos seus atores (Daghri et Zaoual, sob a dir., 2008). Esta *coesão cognitiva* assegura a confiança, o reconhecimento e o conhecimento comum necessários à transparência e à fluidez

de suas transações econômicas. Esta *robustez social* encontra sua afirmação incontestável na produção de uma diversidade estabilizante de modos de coordenação nos quais a doação e a solidariedade são essenciais. Isto une a importância que a economia social e solidária confere ao laço social e à cooperação em face do caráter destruidor da concorrência de todos os lados.

Aliás, desde a descoberta da noção de *distrito industrial* por Alfred Marshall (1920), o conceito de *cooperação* superou o da *concorrência* sem substituí-lo totalmente. Este compromisso relativiza grandemente o absolutismo da lei da concorrência no dinamismo econômico e conforma-se aos verdadeiros ensinamentos da biologia evolucionista de Darwin. Este último, em sua teoria da evolução, levava em conta a grande diversidade dos mecanismos da natureza nos quais a *concorrência vital* convive, em graus variados, com a cooperação e a interdependência entre as espécies e em seu seio. Em virtude de sua forte tendência reducionista, a economia padrão descobre-se incapaz de ser fiel à riqueza empírica dos modelos biológicos que ela tenta imitar.

Entretanto, a vida econômica cotidiana demonstra, constantemente, que a *cooperação* é tão eficiente ou mais em tempos de crise, que a *concorrência vital* entre os indivíduos, as organizações e as nações. Ela vem sustentar os mecanismos do mercado e reduz, conseqüentemente, sua *incompletude* e sua *insuficiência* operatória em sustentar o pleno desenvolvimento da vida econômica. Contrariamente à competição uniforme da ciência econômica, a natureza parece, antes, combinar uma grande variedade de mecanismos que vão da *concorrência vital*, entre e no seio das espécies, à *cooperação*, passando pelas modalidades híbridas. É mesmo esta diversidade que garante o potencial da evolução dos ecossistemas. Sem ela, a vida morre.

Na literatura econômica de hoje, mais precisamente, aquela que fala sobre as dinâmicas territoriais, é corrente encontrar conceitos híbridos como o da *cooperação-concorrência*. Isto designa bem a articulação recorrente que se encontra entre o social e o econômico nos processos de construção territorial. Este pressupõe, essencialmente, a mobilização de entidades institucionais, sociais e até mesmo antropológicas para assegurar uma melhor coordenação econômica entre os atores locais. Deste ponto de vista, uma decodificação bastante folheada do paradoxo global/local forneceria todo um conjunto de ingredientes não econômicos suscetível de fortalecer o projeto científico alternativo ao paradigma do mercado.

Quanto à globalização, ela é, por definição, indefinível fora do império do mercado. Ela é uma simples modalidade de fortalecimento e de extensão. É evi-

dente, a globalização não parece capaz de resolver, por ela mesma, suas próprias anomalias. Aliás, são suas debilidades sociais, econômicas e ambientais que explicam, em parte, o ressurgimento do local. Este desempenha a função de uma *regulação espontânea* de uma ordem global geradora de anomia (Durkheim) e de incertezas econômicas. O retorno dos territórios é uma das respostas contemporâneas a essas anomalias inerentes ao paradigma do mercado que está no âmago da globalização. Esta, tanto na teoria como na prática, reduz-se a sua mais simples expressão: a mercantilização do mundo.

Nestas condições, os atores buscam uma estabilidade na instabilidade que gera o mercado global, e eles a encontram nas instituições e nos territórios. Por trás das instituições e dos territórios projetam-se as identidades de sítios que lhes dão consistência. Em outros termos, a diversidade cultural irrompe por baixo e combate a uniformidade geradora de entropia para os meios que a globalização invade pelo alto (Zaoual, 2003). Deste ponto de vista, a interdisciplinaridade e a interculturalidade, como meios de emancipação científica da economia social e solidária são, incontestavelmente, justificadas. Nestas recomposição de saberes, ela encontra *seu* homem, este *homem recomposto* a que se refere o conceito, ainda fugidio, de *homo situs*.

Em suma, em face da vertigem da globalização, os homens precisam de sítios e de proximidade. Pertencer para melhor partir, é uma maneira de produzir redes e uma dinâmica social contendo os assaltos incessantes de incerteza da globalização. Neste processo caótico, o problema do *sentido* irrompe. A necessidade de crer para crescer desvela o caráter inacreditavelmente crente dos homens. Esta tendência reintroduz o irracional no domínio do racional que se queria isolado. Este paradoxo de hipermodernidade explica as profundas transformações em curso do mundo e nas ciências sociais no seu conjunto. Elas são invadidas por uma nuvem de anomalias que permanecem ainda inexplicadas para nós.

É incontestável que hoje a abordagem multidisciplinar e intercultural dispõe de uma *oportunidade científica* no seu combate contra uma total hegemonia da economia de mercado. É na impotência desta que ela pode tirar seus argumentos, não somente empíricos, mas também teóricos. O estado do mundo, assim como a conjugação de contribuições teóricas de diversos ramos da análise econômica com aquelas de outras ciências do homem, como a sociologia e a antropologia, possibilitam um projeto científico capaz de concorrer com o paradigma do mercado, que já está sem fôlego. Esta recomposição de saberes e de tolerância intercultural está diante de um desafio universal: o de redefinir o homem e o progresso. Com

efeito, a “*grande transformação*” (Polanyi, 1983), operada sob o império crescente da economia de mercado, está no fim em tempos de exclusão social intensa e de mudança climática. Esta constatação conduz, logicamente, a grandes mudanças nos paradigmas do saber, a despeito da resistência ainda exercida por todas as instâncias do sistema econômico e social em causa. Nesta aventura, cujos resultados permanecem desconhecidos, uma abordagem alternativa, como a da economia social e solidária, deveria participar sem o menor complexo.

“Aquele que foi procurar o que não se procura, não pode ser acusado de negligência na busca do que deve ser procurado.” Al Ghazali (Intelectual muçulmano dos séculos 11 e 12), *Erreur et délivrance*. Editions IQRA, 1996.

Referências bibliográficas

- BASLE Maurice, DELORME Robert, LEMOIGNE Jean-Louis et PAULRE Bernard (1999), (sous la dir.), *Approches évolutionnistes de la firme et de l'industrie*, Paris, L'Harmattan.
- BOLTANSKI Luc (1994), “Agir et vivre en commun. Entretien”, *Sciences humaines*, Hors série, n°5, mai-juin.
- BOLTANSKI L. et THÉVENOT L. (1991), *De la justification. Les économies de la grandeur*, Paris, Gallimard.
- BATIFOULIER Philippe (1995), *L'économie sociale*, Que sais-je? PUF.
- BOUGNOUX, Daniel (1993), “Naissance d'une interdiscipline?” Introduction à l'ouvrage collectif (p.11) in Daniel BOUGNOUX “*Sciences de l'information et de la communication*”, Paris, Larousse.
- BOURDIEU Pierre (2000), *Les structures sociales de l'Economie*, Paris, Seuil.
- COULON Alain (1987), *L'Ethnométhodologie*, Que sais-je?, Paris, PUF.
- CROZIER Michel (1994), *L'entreprise à l'écoute. Apprendre le management postindustriel*, Paris, Seuil.
- CROZIER Michel et FRIEDBERG Erhard (1977), *L'acteur et le système*, Paris, Seuil.
- DAGHRI Taoufik et ZAOUAL Hassan (2007), (sous la dir), *Economie solidaire et développement local. Vers une démocratie de proximité*, Rabat, Horizon Pluriel/L'Harmattan.
- DAGHRI Taoufik et ZAOUAL Hassan (2008), (sous la dir), *Développement humain et dynamiques territoriales. Vers des savoirs recomposés*, Rabat, Horizon Pluriel/L'Harmattan, Réseau ULCO/ Université Fédérale de Rio de Janeiro et Université de Mohammed V-Souissi. Autres auteurs: Roberto Dos Santo Bartholo Junior (Brésil), Leiliam Cruz Dantas (Brésil), Noufissa El Moujaddidi (Maroc), Abdellah Fadel (Maroc), Gilles Fer-

réol (France), Bernard Guesnier (France), Marc Luyckx (Belgique/Croatie), Beany Monteiro (Brésil), Bernard Pecqueur (France), Michel Thiollent (Brésil).

DEFOURNY J., DEVELTERE P. et FONTENEAU B. (Ed.), (1999), *L'Economie sociale au Nord et au Sud*, Deboeck/Université.

DOSSE François (1997), *L'Empire du Sens. L'humanisation des sciences humaines*, La Découverte.

D'IRIBARNE Ph. (2003), *Le Tiers monde qui réussit. Nouveaux modèles*, Paris, Odile Jacob.

D'IRIBARNE Philippe (2000), (sous la dir.), *Cultures et Mondialisation. Gérer par delà les frontières*, Paris, Seuil.

D'IRIBARNE Philippe (1993), *La logique de l'honneur. Gestion des entreprises et traditions nationales*, Paris, Seuil.

DUPUY Jean-Pierre (1993), La panique, p 359-373 in BOUGNOUX D. *Sciences de l'information et de la communication*, Larousse. Texte tiré de: La panique, Laboratoire DELAGRANGE, coll. "Les empêcheurs de penser en rond". Paris, 1991.

DUPUY J-P. (1982), *Ordres et désordres, enquête sur un nouveau paradigme*. Seuil.

DUPUY Jean-Pierre et DUMOUCHEL Paul (1983), (sous la dir.), *L'auto – organisation, de la physique au politique*, colloque de CERISY, Seuil.

FERREOL Gilles et JUCQUOIS Guy (2003), (sous la dir.), *Dictionnaire de l'altérité et des relations interculturelles*, Paris, Armand Colin.

FRIEDBERG Erhard (1993), *Le pouvoir et la règle: dynamique de l'action organisée*. Paris, Seuil.

FUMAROLI M. (2000), Les humanités sont la mémoire vivante du passé. Professeur au Collège de France, Université de tous les Savoirs, Paris, Le Monde mardi 21, p. 16, novembre.

HAKMI L. et ZAOUAL H. (2008), "La dimension territoriale de l'innovation" in Hassan ZAOUAL, *Développement durable. Economie sociale, Environnement et innovations*, Paris, L'Harmattan.

GRANOVETTER Mark (2000), *Le marché autrement*, Paris, Editions Desclée De Brower.

GRANOVETTER Mark (1985), "Economic action and social structure: the problem of embeddedness", *American Journal of Sociology*, 91(3), pp. 533-544.

GIBBARD Allan (1996), *Sagesse des choix, justesse des sentiments. Une théorie du jugement normatif*, traduit de l'américain par LAUGIER S., Paris, PUF.

GISLAIN J-J et STEINER Philippe (1995), *La sociologie économique 1890-1920*, Paris, PUF.

KUHN Thomas (1983), *La structure des révolutions scientifiques*, Paris, Flammarion.

KUHN Thomas (1990), *La tension essentielle. Tradition et changement dans les sciences*, Paris, Gallimard.

LATOUCHE Serge (1986), *Faut-il refuser le développement?* Paris, P.U.F./Economie en liberté.

LATOUCHE Serge (2007), *L'invention de l'économie*, Paris, Albin Michel.

- MACHRAFI Mustapha (2005), *Socio économie de l'entreprise et coordination située (cas empiriques marocains)*, Thèse de doctorat GREL, Université d'Artois.
- MARSHALL A. (1920), "Industrial organization, continued. The concentration of specialized industries in particular localities", *Principles of economics*, Livre 4, Chap. X, An introductory volume, Eighth edition, London, Macmillan and co ltd, 1964, pp. 222-231.
- MOLES A. A. (1990), *Les sciences de l'imprécis*, Paris, Seuil.
- MORIN Edgar (1992), *Introduction à la pensée complexe*, ESF- Editeurs.
- PANIKKAR R. (1982), Alternatives à la culture moderne, *Interculture*, Vol. V, n°4, Cahier n°77, octobre-décembre.
- PANHUYS H. et ZAOUAL H. (2000), *Diversité des Cultures et mondialisation, au delà du culturalisme et de l'économisme*, Paris, L'Harmattan,. Réseau Sud/Nord et GREL. 250 pages. Auteurs: Thierry Verhelst (Belgique), Riccardo Petrella (Belgique/Italie), Henry Panhuys (Belgique/France), Hassan Zaoual (France), A. Durre (Pakistan) Edith Sizoo (Hollande), Noël Cannat (France).
- PECQUEUR Bernard et ZIMMERMANN Jean-Benoît (2004), *Economies de proximité*, Paris, Lavoisier.
- POLANYI Karl (1983), *La grande transformation*, Gallimard.
- PUTMAN Robert D. (1995), "Bowling Alone: America's Declining Social Capital" An Interview with Robert Putnam *Journal of Democracy* 6:1, Jan., 65-78 Copyright © 1995, The National Endowment for Democracy and The Johns Hopkins University Press
- PUTMAN Robert D. (1993), *Making democracy work-civic traditions in modern Italy*, Princeton, Princeton University Press.
- THEVENOT Laurent (1998), A l'épreuve des grands principes, *Sciences Humaines* n°79 janvier, pp.20-23.
- Revue du MAUSS (2008), n°31, premier semestre, *L'homme est-il un animal sympathique? Le contr'Hobbes*, Paris, La Découverte.
- RERU (2008) Les Proximités: 15 ans déjà, n°3.
- SEARLE J. R. (1998), *La construction de la réalité sociale*, Paris, Gallimard, (*The construction of social reality*, 1995, New York, Free Press.
- SEN Amartya (1993), *Ethique et Economie*, Paris, P.U.F.
- SEN Amartya, (2000), *Repenser l'inégalité*, Paris, Seuil.
- SEN Amartya (1999), *L'Economie est une science morale*, Paris, La Découverte.
- STEINER Ph. (1999), *La sociologie économique*, Paris, La Découverte.
- SMITH Adam (1982), *La théorie des sentiments moraux*, (1759), Editions d'Aujourd'hui.
- WEINBERG A. (1993), "Introduction au numéro spécial portant sur L'énigme de la décision", *Sciences Humaines*, n°2, Hors série, mai-juin 1993, p. 9.

- WILLIAMSON Oliver (1994), *Les institutions de l'économie*, Paris, Inter Editions, (1ère éd. américaine, 1985, titre original: *The economic institutions of capitalism*, The Free Press, a division of Mac Millan, Inc., New York).
- ZUPI Marco (2004), (sous la dir.) *Sottosopra. La globalizzazione vista dal Sud del mondo*. Autres auteurs: Amartya Sen, Prix Nobel d'Economie, Wole Soyinka, Prix Nobel de Littérature, Néstor García Canclini, Mahmood Mamdani, Edward Said, Hassan Zaoual, Alvin Y. So, André Urani, Venkatesh Seshamani, Jagdish Bhagwati, Rome, Laterza.
- ZAOUAL Hassan (2008), (sous la dir.), *Développement durable des territoires. Economie sociale, Environnement et innovations*, Paris, L'Harmattan.
- ZAOUAL Hassan (2006a), "Développement, organisations et territoire: une approche Sud-Nord", *Cahiers de l'économie de l'innovation*, n°24, Paris, L'Harmattan.
- ZAOUAL H. (2006b), "Confiance et gouvernance des systèmes complexes. Vers un modèle Proximité, Diversité et Gouvernance", in Bennani Z. (sous la dir.), *Savoir, innovation et Technologie au Maroc, Revue Repères et Perspectives*, n°8 et 9, Rabat.
- ZAOUAL Hassan (2006c), *Management situé et développement local*, Rabat, Maroc, Horizon Pluriel.
- ZAOUAL Hassan (2006d), *Les économies "voilées" du Maghreb*, Paris, L'Harmattan.
- ZAOUAL Hassan (2006e), *Nova Economia das Iniciativas Locais. Uma introdução ao pensamento pós-global* (La Nouvelle Economie des initiatives locales. Une introduction à la pensée postglobale), Rio de Janeiro, DP & Editora.
- ZAOUAL Hassan (2005a) "Homo œconomicus ou Homo situs? Un choix de civilisation.", *Finance & the Common Good / Bien commun*, n°22, Juillet-août, pp. 63-72, Genève, Observatoire de la Finance.
- ZAOUAL Hassan (2005b), *La socioéconomie de la proximité*, Paris, L'Harmattan.
- ZAOUAL Hassan (2003), *Globalização e diversidade cultural*, São Paulo, Ed. Cortez collection (Questions de notre temps).
- ZAOUAL Hassan (2002a), "La pensée économique peut-elle être flexible?" in Roland GRANIER Martine ROBERT, (sous la dir.), *Cultures et structures économiques. Vers une économie de la diversité?* Paris, Economica.
- ZAOUAL Hassan (2002b) *Du rôle des croyances dans le développement économique*, Paris, L'Harmattan.
- ZAOUAL Hassan (2002c), "Les économies dissidentes", *Revue Internationale de l'Economie Sociale*, R.E.C.M.A., n° 284, Paris, Institut de l'Economie sociale, Maison des sciences de l'Homme.
- ZAOUAL Hassan (2001), Le site et l'économie sociale, 21 pages, *Séminaire international Economie sociale*, 28-29 mars, Katholieke Universiteit Leuven, STEP Research Group on Civil Society and Social Economy, Université de Liège. "Le site et l'économie sociale" (2002d), Les Echos du Développement local Durable www.developpement-local.net

ZAOUAL Hassan (2001), “L’économie peut-elle être solidaire et plurielle?”, Le Caire, Economic Research Forum, <http://www.erf.org.eg/database/paper.asp> Publié aussi pour l’espace francophone dans Némésis, *Revue d’analyse politique et juridique*, n° 3, Collection du Centre d’analyse politique, Presses universitaires de Perpignan.

ZAOUAL Hassan (1998), “De l’homo œconomicus à l’homo situs”, in Preiswerk Y. et Sabelli F. (sous la dir.), *Pratiques de la dissidence économique, Réseaux rebelles et créativité sociale, Les Nouveaux Cahiers de l’Institut Universitaire d’études du Développement*, juin, I.U.E.D de Genève, PUF.

Cronologia do processo editorial

Recebimento do artigo: 22-mar-2010 | **Aceite:** 04-abr-2010.